



DIÁLOGOS INDÍGENAS E A EXPERIÊNCIA PIBIDIANA: O LETRAMENTO RACIAL COMO FERRAMENTA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO ENSINO MÉDIO

DE SOUSA, Andressa Fernanda Silva ¹
CAETANO, Janaira Fidelis ²

RESUMO: O presente trabalho discute o letramento racial na perspectiva indígena como ferramenta útil para valorização dos povos originários, concentrando-se nos povos indígenas do Acre. O trabalho surge do planejamento e execução de uma oficina didática, realizada por bolsistas Pibid em História. Buscamos desconstruir os estereótipos e preconceitos disseminados sobre as populações indígenas, ao tempo em que se construíram junto aos estudantes, novas formas de estudar e compreender as vivências dos povos originários, partindo de suas próprias perspectivas, desvinculando-se do olhar do colonizador, que ainda se perpetua no ambiente escolar, por vezes. Nos utilizamos de pesquisa bibliográfica que deu o suporte teórico à elaboração da oficina, como a obra “Índios no Acre” de Joaquim Maná Kaxinawá (2002), e fontes documentais e imagéticas para problematizar o tema durante a aula, com a obra de Albert Eckhout em “A mulher Tupi” (1641). A aplicação da oficina foi satisfatória tanto para o auxílio da formação pibidiana, quanto para contribuir na aprendizagem dos estudantes. Observou-se que os mesmos, inicialmente, não se davam conta das formas de olhar para comunidades indígenas, entre passado e presente, tampouco refletiam sobre suas próprias interações com essa realidade. Aprenderam que não existe um perfil ideal para ser indígena e que suas identidades se transformam conforme as interações com o meio. Diante disso, entendemos que é fundamental para a manutenção da qualidade do ensino, a cooperação entre instituições formadoras, como Universidades e Escolas. Essa parceria garante práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas ao Currículo e que dialogam efetivamente com a realidade dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Povos indígenas do Acre; Letramento; Educação; PIBID.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo destacar a importância das atividades pibidianas no ambiente escolar, ao compartilhar sobre o processo de desenvolvimento e execução de oficinas que foram realizadas na escola pública de Rio Branco Instituto de Educação Lourenço Filho, por meio dos itinerários formativos, como a Eletiva “Além do Preconceito: despertar para a Consciência

¹ Graduanda em Licenciatura em História, Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Campus Rio Branco. Email: fernandaadressa36@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, pela Universidade Federal do Acre (UFAC), supervisora do Pibid História Núcleo 2 desta mesma instituição. E-mail: janairafidelis@gmail.com.



negra e indígena”, que foi aplicada aos estudantes da 1ª e 2ª série do ensino médio, sob orientação da profa. supervisora da área de História.

O trabalho foi desenvolvido no segundo semestre de 2025, a partir da experiência vivida através do Pibid, em uma escola de ensino médio de tempo integral, na cidade de Rio Branco, capital do Acre.

Buscamos construir um projeto dentro da eletiva que dialogasse com situações do cotidiano dos estudantes, e que também servisse como uma forma para complementar algumas lacunas presentes no currículo, de modo a proporcionar a visibilidade de grupos tidos como minoritários e aos problemas sociais recorrentes na sociedade acreana, que atingem diretamente a população indígena, especialmente as mulheres de diferentes etnias.

A diversidade das relações étnico-raciais e de gênero estiveram presentes nas discussões em sala de aula junto aos alunos, de modo que fosse incentivado a valorização e o respeito das diferenças no ambiente escolar, uma vez que há a presença de alunos (as) indígenas na escola. Participar e desenvolver essa atividade foi fundamental e necessária para o aperfeiçoamento discente durante a formação acadêmica.

Envoltos em um estado com tamanha diversidade de populações indígenas, percebemos que o tema ainda é pouco discutido pelos estudantes, e quando realizados, persiste a visão hegemônica das coisas, baseadas em uma perspectiva única de mundo, onde povos tradicionais ainda ocupam o passado.

O Acre, por sua vez, abriga cerca de 80 etnias distintas, segundo os dados do IBGE de 2022, deste quantitativo, aproximadamente 16 são as etnias em que o Estado possui algum tipo de contato para cooperação e implementação de políticas públicas.

Para além de nomear quantos e quem são os povos indígenas do Acre, questões raciais necessitam de espaços para debates e discussões, com vistas a promover a tolerância e a valorização da diversidade cultural existente em nosso país, e o ambiente escolar pode ser uma saída para que isso seja posto em prática.

Desse modo, buscamos construir uma proposta de ensino e aprendizagem para a Eletiva que trouxesse o aluno para dentro das discussões, a partir de temas que já foram previamente trabalhados em sala de aula, na matéria de História e em bimestres anteriores.



Realizamos um breve percurso de como se deu o contato inicial dos povos originários com os portugueses, foi feito também uma análise das obras de arte que representavam mulheres indígenas no século XVII, trazendo o debate para a objetificação dos seus corpos e os efeitos desse comportamento, discutimos a articulação que se inicia com os processos de retomada na década de 1970 no Acre, quando grupos indígenas começam a se organizar social e politicamente, na garantia e preservação de direitos, e por fim, palavras e frases que são de cunho racista e discriminatório, com o objetivo de promover o letramento racial na perspectiva indígena.

Além de todos os elementos que destacamos acima, o trabalho contará com a exposição da metodologia adotada na pesquisa, as experiências vivenciadas fundamentadas teoricamente e os resultados obtidos após a aplicação da eletiva.

2 METODOLOGIA

Para construir a Eletiva e conseguir aplicá-la em sala de aula, utilizamos uma abordagem qualitativa, aliada à observação do ambiente escolar. A escolha do conteúdo se deu após “as variações nos métodos de observação” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.28), em que ficamos inicialmente no *continuum*, onde começamos o trabalho como espectador da rotina da escola e dos comportamentos diários dos estudantes, passando gradualmente a participante, que é quando já estamos em sala de aula, aplicando o conteúdo e desenvolvendo as atividades, atribuindo para si a característica de “observador participante” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p.29).

A escolha pela pesquisa qualitativa para construir o escopo da Eletiva se justifica no uso de revisão de literatura e em materiais bibliográficos (Machado, 2023, p. 13) com interpretações subjetivas e na busca por um novo olhar sobre o tema que estivesse diretamente relacionado com a vivência acreana.

Portanto, recorreremos às pinturas de Albert Eckhout em “A mulher Tupi” (1641) e “Primeira Missa no Brasil” (1861) de Victor Meirelles, com o objetivo de mostrar a visão do passado sobre indígenas, concentrando-se nas mulheres, visto que o Pibid de História discute relações de gênero.

Utilizamos a cartilha sobre povos indígenas feita pela Defensoria Pública do Estado do Acre (2024), para trabalhar o letramento dos alunos, envolvendo palavras e frases que são consideradas racistas, embora ainda sejam usadas em algumas



situações. Também utilizamos como referencial teórico, a obra “índios no Acre” de João Paulo Maná Kaxinawá (2002), dentre outras fontes que auxiliaram a conexão de conteúdos.

Assim, esperamos que através da metodologia adotada nesta pesquisa, que descreve a experiência pibidiana, tenhamos alcançado os objetivos mencionados, de modo que contribua para uma educação com qualidade e que provoque uma mudança na tomada de decisões ao nos referirmos aos povos originários.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estado do Acre possui 35 Terras Indígenas - TIs reconhecidas pelo governo federal, que se encontram em diferentes etapas do processo de regularização. Ao todo, estima-se que 16 etnias vivam nessas terras. Dentre elas, temos: Jaminawa, Manchineri, Huni Kuĩ, Madja, Ashaninka, Shanenawa, Yawanawá, Noke Koĩ, Kuntanawa, Jaminawa-Arara, Apolima-Arara, Shawãdawa, Puyanawa, Nukini, Nawa e os povos em isolamento voluntário ou de recente contato.

Com base nessas informações, e nas observações iniciais feitas na escola, elaboramos a Eletiva com o título “Além do preconceito: despertar para a consciência negra e indígena”. Ao todo, foram realizadas 6 oficinas durante 12 encontros, envolvendo temáticas de letramento negro e indígena. A oficina em questão, presente nas discussões deste trabalho tem por título “Diálogos indígenas: o letramento para a igualdade”.

O questionamento feito por Maria Regina Celestino de Almeida (2010, p. 13) “Como os índios têm sido vistos tradicionalmente em nossa história?” nos guiou no andamento deste trabalho. Sobre o lugar de visibilidade que era dado aos indígenas, Almeida (2010, p. 13) coloca:

“(…) os índios vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios. (...) apareciam na história como índios apenas no momento de confronto, isto é, quando pegavam em armas e lutavam contra os inimigos.”

Com isso, pouco se escreve sobre os indígenas enquanto protagonistas da sua história e de momentos importantes para a história do Brasil. A selvageria e o primitivismo eram adjetivos que costumavam estar associados aos povos indígenas, vindos da ideia assimilacionista imposta ainda no século XIX e até meados do século XX, como indivíduos aculturados e passivos (Almeida, 2010).



A “aculturação”, ou seja, “mudanças culturais progressivas que conduziam à assimilação e conseqüentemente à perda da identidade étnica” (p.15) foi se cristalizando no imaginário social sobre esses povos, ao ponto de serem entendidas como verdade.

Em diálogo com os estudantes utilizamos a obra de Victor Meirelles “Primeira Missa no Brasil” (1861), conforme indicado abaixo:

Figura 1. Primeira Missa no Brasil



Fonte: Victor Meirelles. 1859-1861. Óleo sobre tela. Paris.

O objetivo era trazer às discussões o olhar do passado que persiste sobre os povos indígenas, começando com um dos primeiros contatos entre portugueses e povos originários. Essa pintura também elucida o primeiro evento cristão feito no Novo Mundo.

O uso da imagem acima auxilia na construção do entendimento de que não havia “selvageria” a ser combatida pelos homens brancos, escondendo a natureza violenta e hostil da colonização. No entanto, ela reforça a ideia de que a salvação acabara de chegar entre eles, representada através da fé.

Ao representá-lo nus, admirados com o que estava acontecendo com o hasteamento da cruz, somos levados a compará-los com os membros do clero, vestidos de modo formal e mais próximo do que a sociedade ocidental considera aceitável a ser seguido.

Importante destacar que a imagem não se trata de uma fotografia retirada no momento exato da ação, mas de uma pintura feita mais de 350 anos depois da data do evento. Ela possui intencionalidades, como a de afirmar ao povo brasileiro que o seu nascimento sempre foi católico e branco, desconsiderando completamente as cosmovisões indígenas sobre o mundo e a existência.



A próxima imagem trabalhada com os alunos foi a de Albert Eckhout “Mulher Tupi (1641)”:

Figura 2. Mulher Tupi



Fonte: Mulher Tupi. 274 x 163 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection.

Com a segunda imagem já foi possível trabalhar o diálogo que envolve a mulher indígena, onde das falas dos estudantes, algumas foram: feições sem expressão, natureza domesticada, preconceito relacionados à vestimenta dos povos originários, etc.

Optou-se pelo uso de imagens tendo em vista que “as imagens apresentadas como material didático são um importante recurso na cultura escolar” (Bittencourt, 2017, p.70). O uso de imagens que expressam os povos indígenas estão presentes nos livros didáticos desde os anos 70 e 80 do século XIX e a representação vinha com gravuras que denotam seres “selvagens” e “as cenas escolhidas eram predominantemente de guerra e rituais antropofágicos” (Bittencourt, 2017, p.82).

Inicialmente, buscamos fazer com que os estudantes fizessem uma leitura do que estavam vendo, sem interferência ou leitura de legendas. Após as descrições fornecidas, passamos para a “leitura externa, buscando voltar a observação do aluno para outros referenciais” (Bittencourt, 2017, p.88), levantando questionamentos como *Ano de realização da pintura? Para que e para quem foi feito o trabalho artístico?* dentre outras.

Feito esse panorama do passado sobre comunidades indígenas, passamos para os comportamentos atuais, com personalidades indígenas em diversos setores da sociedade, desempenhando inúmeras funções.



Iniciamos essa etapa com a fotografia de Francisca Arara, indígena do povo Arara Shawãdawa, no município de Porto Walter, que fica a Oeste do estado do Acre, banhado pelo rio Juruá e tem cerca de 11 mil habitantes, com mais de 800 indígenas na região.

Figura 3. Francisca Arara



Fonte: G1 Acre, 2023.

Francisca Arara foi a primeira mulher indígena a ser nomeada secretária de Estado, atuando na Secretaria Extraordinária do Povos Indígenas do Acre (Sepi). A representatividade de uma mulher em lugares incomuns trouxe curiosidade aos alunos, uma vez que sua atuação é em todo o estado.

O uso das tecnologias pelos povos indígenas tem sido de fundamental importância para o registro e a divulgação da cultura, história e economia. Esse foi o ponto onde teve maior debate entre os estudantes, pois, uma vez que discutimos no começo da oficina sobre os olhares do passado, alguns comportamentos começaram a ser verbalizados quando é mostrado indígenas com celular, acesso à *Internet*, e outros exemplos colocados em sala.

Isso revela uma persistência quanto ao que se considera ser indígena, em que essa visão contribui na afirmação de que a cultura é estática, a assimilação de fato ocorreu apagando todas as características desse sujeitos que resistiam à colonização.

Kaxinawá (2002, p.119) descreve o “Tempo dos Direitos” vivido por indígenas de todo o Brasil, que se inicia na década de 1970, revelando que:

“A partir da década de 70, alguns índios apoiados por entidades indigenistas buscaram, através da organização política, uma outra forma de resistência.”(...) “Esse processo de organização resultou, em 1980, na



criação da União das Nações Indígenas (UNI), que procurava unir todos os povos indígenas do Brasil na luta pelos seus direitos.” (Kaxinawá, 2002, p.121).”

Aos poucos as lutas e organizações foram se concentrando em localidades mais próximas, com grupos cada vez mais definidos, como a de professores indígenas, mulheres artesãs, agentes agro-florestais, etc. A afirmação dos indígenas em diferentes setores da sociedade é crucial para evitar o apagamento de locais majoritariamente ocupados pelos não-indígena.

Com isso, partimos para a última etapa da oficina, que consiste em letrar os alunos para que não haja a repetição de palavras ou frases racistas. Pereira (2022, p. 2) aborda a respeito do letramento abaixo:

“Os letramentos são sempre um ato social e político, por tal, um espaço de disputa, onde é preciso considerar os domínios, isto é, os contextos estruturados nos quais são usados e apreendidos, e como estes não são acidentais e não variam aleatoriamente. Deste modo, os letramentos dominantes aos quais somos submetidos ao longo da vida refletem a racialização inerente a nossa sociedade.”

Ele se contrapõe às estruturas vigentes na sociedade, ressignificando valores, crenças, comportamentos e até mesmo o vocabulário. Elaboramos uma atividade chamada “Desconstruir para educar”, com vários elementos que são ditos em diferentes contextos, como por exemplo “Beleza exótica”, “Pele vermelha”, dentre outras, e em seguida, explicando o real sentido das frases, sugerindo a troca do vocabulário por termos que valorizem a diversidade e ancestralidade dos povos indígenas.

Por fim, como proposta de atividade prática, foi desenvolvido um cartaz que representasse personalidades indígenas do Brasil. De acordo com Seffner (2018, p. 42) a atividade ao final se constitui como um critério para que a aprendizagem seja mais significativa. Os eixos abaixo orientaram a construção da atividade.

- Indígenas na atualidade.
- Contribuições para o Brasil.
- Participação política, social, etc.

Dessa forma, após a aplicação da oficina e construção das atividades, as experiências pedagógicas obtidas foram positivas, entendendo que esta iniciativa precisa ser retomada sempre que possível dentro do calendário escolar, pois a discriminação contra pessoas indígena é estrutural e recorrente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS



A proposta dessa eletiva esteve voltada para a parte diversificada do currículo de ensino médio do Acre, cumprindo aspectos legais da Lei nº 11.645/2008 que torna obrigatória a inclusão dos estudos de história e cultura indígena e afro-brasileira no currículo oficial de todo o ensino fundamental e médio, tanto público quanto privado no Brasil.

A finalização do trabalho aplicado dentro da sala de aula revelou que temas que tratam de sujeitos historicamente silenciados estão distantes dos conteúdos assimilados pelos alunos. A discussão é ampliada, na perspectiva da história macro, revelando a fragilidade de interpretação quando a proposta é concentrada para dentro da realidade geográfica dos estudantes.

Os alunos ainda repetiam a palavra “índio” e outras frases citadas no corpo do trabalho, mas no instante seguinte se davam conta do erro histórico. Esta é uma iniciativa interessante e necessária do ponto de vista pedagógico, social e político, pois estamos em uma sociedade com mais de 30.000 indígenas, no meio da Amazônia acreana. Trabalhar esse tema complementa à parte diversificada do currículo, onde aproximamos os estudantes dos temas da região.

Nota-se que ao utilizarmos imagens, como as pinturas por exemplo, a participação e envolvimento dos alunos ficaram mais espontâneas, havendo conexão com outros assuntos vistos em sala de aula, a partir das falas compartilhadas em sala. Nesse ponto, fazer conexão com esse entendimento previamente adquirido por eles é importante para inserirmos o objeto de conhecimento que dialoga com a realidade local, no caso, grupos indígenas acreanos.

Assim, a finalização da oficina mostrou-se como uma ferramenta pedagógica útil para se trabalhar o “letramento racial” na perspectiva indígena em escolas de ensino médio, e que “se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui” (Krenak, 2022). Destacamos que essa foi uma das formas encontradas de se trabalhar o tema, e que esse é um trabalho contínuo que precisa ser incluído na rotina da escola, em prol da conscientização e reconhecimento dos povos indígenas do Acre.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado por meio da atuação enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) com projeto Pibid presente na Universidade Federal do Acre, campus Rio Branco (UFAC).

REFERÊNCIAS

ACRE. Defensoria Pública. **Povos indígenas/Acre**. Rio Branco, 2024. (Coleção: Cidadania e direitos ; v. 1). Disponível em: https://defensoria.ac.def.br/back-end/img/noticias/correg/pauta/cartilha_cidadania_dir_eitos_vol1_indigena.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

Albert Eckhout. **Mulher Tupi**. 274 x 163 cm, óleo sobre tela, Ethnographic Collection. The National Museum of Denmark, Copenhagen, 1641.

ALMEIDA, Maria Celestino. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, CMF et al (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 69-90.

De Deus, Carlos Edegard. Da Silva, Maria Rodrigues (Org.) **Povos Indígenas no Acre**. Revista. s.d.

KAXINAWÁ, Joaquim Maná. **Índios no Acre: História e Organização**. Rio Branco-Acre, Comissão Pró-Índio do Acre, 2002.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Companhia das Letras, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1986.

MACHADO, JR F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. **Devir Educação**, v. 7, n. 1, 2023.

PEREIRA, Daiane da Fonseca. Letramento racial no contexto brasileiro de pesquisa. In: **12º Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), Remoto**. 2022.

SEFFNER, Fernando. Aprendizagens significativas em História: critérios de construção para atividades em sala de aula. **Jogos e ensino de história. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P. 35-46**, 2018.

Victor Meirelles. Primeira Missa no Brasil. 1859-1861. Óleo sobre tela. 9 m². Paris.